



# Fospar

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2025

## ÍNDICE

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos Patrimoniais	12
Demonstrações dos Resultados	13
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	14
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18
1.Contexto operacional	
2.Base de preparação	
3.Moeda funcional e moeda de apresentação	
4.Uso de estimativas e julgamentos	
5.Políticas contábeis materiais	
6.Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	
7.Caixa e equivalentes de caixa	
8.Contas a receber de clientes	
9.Estoques	
10. Impostos a recuperar	
11. Imposto de renda e contribuição social diferidos	
12. Partes relacionadas	
13. Imobilizado	
14. Fornecedores	
15. Passivos de Contratos	
16. Debêntures e Mútuos	
17. Provisão para contingências	
18. Provisão de dano ambiental	
19. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento	
20. Planos de pensão e benefícios pós-emprego a empregados	
21. Patrimônio Líquido	
22. Segmentos operacionais	
23. Receita operacional	
24. Custo e despesa por natureza	
25. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	
26. Despesas financeiras líquidas	
27. Instrumentos financeiros	
28. Eventos Subsequentes	
Composição da Diretoria	

# Relatório da Administração

## A FOSPAR S.A.

Com capacidade de produção de 500 mil toneladas de superfosfato simples por ano, a Fospar S.A. ("Companhia" ou "Fospar") está localizada em Paranaguá (PR). A Companhia possui um moderno terminal portuário que contribui para as importações do agronegócio e é especializado no recebimento de fertilizantes a granel.

Controlada pela Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. ("Mosaic"), e tendo como sócia a Fertipar Fertilizantes do Paraná LTDA. ("Fertipar"), a Fospar iniciou suas operações em 1974 e atualmente conta com cerca de 258 funcionários. Possui ainda dois armazéns com capacidade total para 105 mil toneladas de produtos por ano e um pátio de estacionamento para mais de 100 caminhões.

Juntas, Mosaic e Fospar investem continuamente na região, fazendo com que o terminal e as unidades de produção contem com os mais avançados recursos tecnológicos. A Fospar tem profissionais capacitados e dedicados, que atuam em um ambiente de trabalho que zela pela segurança e respeita o meio ambiente.

Comprometidas com o crescimento e o fortalecimento das relações comerciais, Mosaic e Fospar investiram em um projeto inovador de expansão do terminal portuário nos últimos anos.

Em 2023, a Fospar ampliou as estruturas dos berços externo e interno do seu terminal, que passaram de 12,3 para 13,1 metros e de 10,5 para 11 metros para manobras diurnas, respectivamente. Com esse investimento, passa a receber navios com até 80 mil toneladas de capacidade.

## ÉTICA

O relacionamento da Fospar com seus públicos de contato – entre eles fornecedores, funcionários, clientes, comunidades, jornalistas, acionistas, prestadores de serviços, órgãos públicos, instituições acadêmicas e concorrência – é regido pelas práticas de conduta e pelo código de ética de sua controladora, a Mosaic. Os princípios sustentados no código refletem valores como honestidade, integridade e respeito na condução dos negócios.

## ATIVIDADES PORTUÁRIAS

Em um único mês, de 8 a 10 navios passam pela Fospar. As embarcações transportam, em média, 50 mil toneladas de fertilizantes e levam de três a cinco dias para descarregar. O terminal da Companhia iniciou suas operações em 2001, possui um robusto píer com dois berços de atracação de navios que podem funcionar simultaneamente e é capaz de receber navios até o porte Panamax, com comprimento de até 260 metros, além de contar com um moderno sistema logístico-operacional que permite um fácil e otimizado planejamento de carregamento de cargas.

## DESEMPENHO AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (ESG)

A Fospar tem o compromisso de preservar o meio ambiente e trabalha para assegurar a saúde e a segurança de funcionários, contratados, clientes e comunidades.

A responsabilidade social faz parte da maneira de atuar da Fospar e da Mosaic. As operações das duas empresas geram oportunidades de desenvolvimento local em Paranaguá. Assim, empresas e comunidade atuam juntas, vencendo desafios e promovendo um crescimento sustentável e compartilhado por todos.

A Fospar possui um sistema de gestão em saúde, segurança e meio ambiente, bem como qualidade dos produtos expedidos. Este sistema é auditado anualmente para garantir a evolução no principais pilares e requisitos de todas as partes interessadas.

## QUALIDADE

A Fospar busca a satisfação dos clientes, adotando práticas de melhoria contínua em seus processos e valorizando os funcionários na produção de fertilizantes e na prestação de serviços portuários.

A Companhia possui, também, uma política da qualidade própria, que atende os requisitos legais e do cliente, e conta com os procedimentos estabelecidos no sistema de gestão da qualidade.

Juntas, Fospar e Mosaic beneficiaram mais de 10 mil pessoas em 2025 por meio de suas iniciativas socioambientais. Dentre as ações, foi realizada uma ampla campanha de arrecadação de alimentos, mobilizando voluntários da região. Ao todo, foram coletadas 13,5 toneladas e doadas 27 toneladas de alimentos, beneficiando 24 instituições e comunidades, com impacto estimado em cerca de 8,3 mil pessoas.

Outro destaque foi o lançamento do Horta Educa, programa voltado à promoção da alimentação saudável. Foram realizadas seis capacitações com a comunidade escolar e a implantação de duas hortas sensoriais acessíveis nas escolas municipais Hugo Pereira Correia e Eva Tereza Amarante Cavani.

O Programa de Educação Ambiental e Cidadania (PEAC), por sua vez, promoveu 28 atividades educativas voltadas a comunidades, funcionários e terceiros, somando 600 participações no período. Também foi realizado o Curso de Beneficiamento e Culinária de Pescados no bairro Beira Rio. Como resultado, 12 famílias que vivem da pesca foram capacitadas, o que contribuiu para ampliar as oportunidades de geração de renda.

No eixo de sustentabilidade, o projeto da Associação dos Usuários do Sistema de Abastecimento de Água da Colônia Maria Luiza (ASA) foi selecionado novamente pelo Edital da Água e beneficiou 1,1 mil pessoas por meio de atividades educativas a favor da preservação dos recursos hídricos, bem como ampliou a rede de abastecimento de quatro comunidades rurais.

O Programa Voluntários registrou 654 horas de trabalho dedicadas a seis ações e campanhas ao longo do ano, beneficiando 28 instituições. Por meio do Desafio Todos Juntos, nossos voluntários promoveram melhorias em espaços de acolhimento, como a manutenção do salão principal e a implantação de uma sala de jogos no Asilo São Vicente de Paulo, além da reforma da sala de fisioterapia do Asilo Perseverança, com a aquisição de novos equipamentos.

## A ECONOMIA E O MERCADO

### *Agronegócio*

O PIB do agronegócio fechou o ano de 2024 em 23.2%. Para 2025, o cenário foi de ainda maior importância para a economia brasileira, com uma estimativa atual do setor do agronegócio representando 29.4% do PIB nacional, ainda que o setor tenha passado por um ano conturbado, a safra recorde impulsionou os números. Embora o ano tenha sido marcado por queda nos preços das commodities e um cenário difícil globalmente, com muitos embates geopolíticos, as exportações brasileiras, principalmente de milho, soja e pecuária, atingiram recordes históricos, marcados principalmente pelo apetite chinês por produtos brasileiros.

Quando olharmos o resultado completo, vemos a contribuição da pecuária bovina, com aumento de abates e preços favoráveis, e três culturas agrícolas, que possuem maior peso no PIB agro, que são: soja, milho e laranja.

Liderada pela soja, a produção nacional de grãos vem crescendo a taxas elevadas nos últimos anos. De acordo com os registros da Conab, saímos de 260 milhões de produção de grãos na safra 2021/2022, para uma expectativa de produção de 353 milhões de toneladas na safra 2025/2026, um novo recorde para o setor.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram um recorde de US\$ 169,2 bilhões em 2025, tornando o agronegócio responsável por 48.5% do total exportado pelo país no ano. O aumento de cerca de 4% no volume exportado compensou uma leve queda nos preços médios internacionais (0,6%).

40s dez principais produtos exportados do agronegócio brasileiro em 2025 foram soja em grãos (US\$ 43,5 bilhões); carne bovina in natura (US\$ 16,6 bilhões); café verde (US\$ 14,9 bilhões); açúcar de cana (US\$ 12,1 bilhões); celulose (US\$ 10,2 bilhões); carne de frango in natura (US\$ 8,6 bilhões); milho (US\$ 8,5 bilhões); farelo de soja (US\$ 7,92 bilhões); algodão não cardado nem penteado (US\$ 4,9 bilhões); carne suína in natura (US\$ 3,4 bilhões). Juntos, estes setores responderam por 77,2% do total embarcado pelo agronegócio no último ano, somando US\$ 130,62 bilhões.

Entre os destinos, a China se manteve como a principal importadora de produtos do agronegócio brasileiro no ano passado, com US\$ 55,3 bilhões comercializados ao país asiático, 32,7% das exportações do setor, 11% mais que em 2024. Na sequência, está a União Europeia, com US\$ 25,2 bilhões exportados, 14,9% do total, 8,6% mais que em 2024, e Estados Unidos, com US\$ 11,4 bilhões, 6,7% do total e 5,6% menos que no ano anterior. Ao longo do último ano, também cresceram as exportações de produtos agropecuários brasileiros para Paquistão, Argentina, Filipinas, Bangladesh, Reino Unido e México.

### **Fertilizantes**

O mercado brasileiro em 2025 consumiu 49.1 milhões de toneladas de fertilizantes, contra 45.6 milhões de toneladas em 2024, ou seja, um crescimento de mercado de cerca de 7%, movimento impulsionado principalmente pela mudança do comportamento de compra dos produtores, que fizeram trocas de produtos de maior concentração por produtos de menor concentração, demandando, portanto, um maior volume.

## **DESEMPENHO OPERACIONAL**

A Fospar é uma joint venture entre a Mosaic (62%) e a Fertipar (38%), consistindo em ativos que incluem um terminal portuário e uma planta de produção de SSP, localizada em Paranaguá (Estado do Paraná), um dos maiores polos de fertilizantes do país.

### **Terminal – Volumes e Eficiência**



#### **Terminal Portuário**

- Descarga, armazenagem e expedição de fertilizantes (modal rodoviário e ferroviário)
- A Fospar cobra uma tarifa pela prestação dessas atividades (Mosaic, Fertipar e terceiros)
- Principais produtos descarregados: potássio, rocha fosfática, fertilizantes fosfatados e fertilizantes nitrogenados
- Volume médio anual movimentado: ~3,5 Mt/ano



#### **Planta SSP**

- Planta de produção de SSP – recebe rocha fosfática de Bayóvar (Peru) e ácido sulfúrico de origem offshore/doméstica para atender a região Sul do país
- Cobrança de taxa de industrialização de fertilizantes (SSP) e vendas de SSP (na atividade de distribuição)
- Produtos: SSP (em pó e granulado)
- Produção média anual: ~500 kt/ano de SSP
- Capacidade de armazenagem: 10 kt

A Fospar cobra dos clientes uma taxa pela descarga de fertilizantes, bem como cobra da Mosaic e da Fertipar uma taxa de produção pela fabricação de SSP.

## Fospar – Desempenho de 2025 vs. ano anterior

### Volumes (kt)

#### Terminal

Desempenho operacional afetado por navios com cargas de difícil manuseio, lacunas de atracação por motivos externos e manutenções corretivas acima da média nos guindastes e moegas do píer.

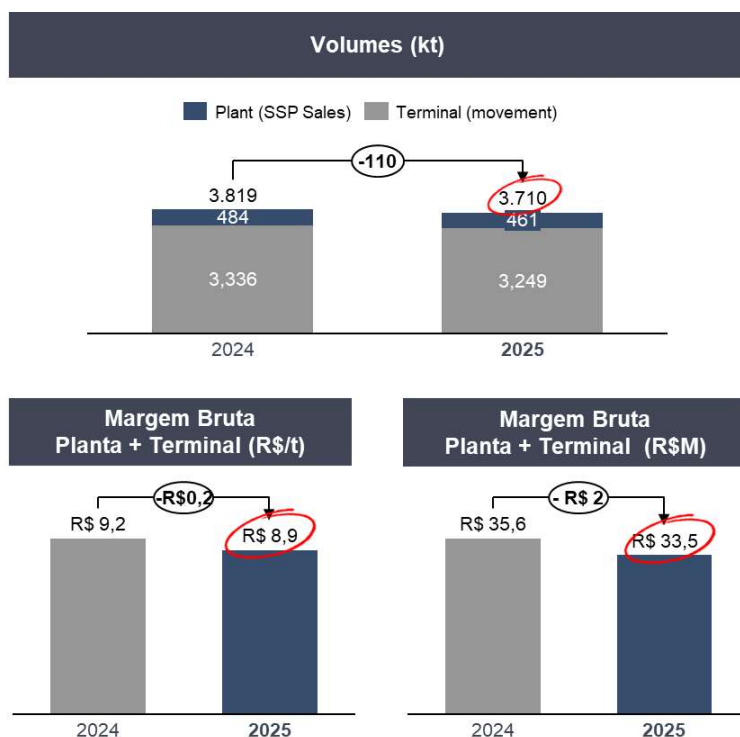
#### Planta

Os volumes de produção ficaram abaixo do ano anterior em função de manutenções corretivas acima do esperado.

### Margem Bruta (R\$/t e R\$ milhões)

A margem bruta por tonelada em 2025 manteve-se consistente em relação ao ano anterior. Entretanto, os menores volumes de movimentação e produção resultaram em uma redução da margem bruta em termos absolutos.

#### Indicadores de desempenho 2025



#### EQUIDADE E DIVERSIDADE NA ADMINISTRAÇÃO

A política de indicação de administradores considera critérios técnicos, experiência profissional, aderência às necessidades estratégicas da Companhia e, sempre que possível, aspectos de diversidade de gênero, raça e outros fatores de inclusão, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

### ***Composição do Conselho de Administração***

O Conselho de Administração da Fospar é composto por 6 membros efetivos, sendo 4 representantes da Fospar e 2 representantes da Fertipar, todos eleitos pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia era composto exclusivamente por membros do gênero masculino. No exercício social de 2024, a Companhia contou com 1 membro feminino ocupando posição no Conselho de Administração, o que corresponde a 17% de representatividade feminina em 2024.

### ***Compromissos e Perspectivas***

A Companhia mantém o compromisso de ampliar a diversidade em seus órgãos de administração e seguirá avaliando, nos próximos ciclos de sucessão e eleição, a inclusão de mulheres no Conselho de Administração, em consonância com a evolução regulatória, as expectativas do mercado e a disponibilidade de candidatas alinhadas ao perfil e às competências requeridas.

## **PERSPECTIVAS**

Para as entregas em 2026, a expectativa é de um mercado andando de lado, com um certo viés de baixa. O momento é desafiador para o setor com relações de troca em patamares menos favoráveis e as margens dos produtores espremidas pelos juros altos. A situação do crédito para o setor também não traz alívio e deve continuar sendo um fator limitante para o mercado no ano.

As informações financeiras e operacionais apresentadas neste Relatório da Administração, que não fazem parte das demonstrações contábeis auditadas, foram preparadas pela Administração com base em registros internos e não estão sujeitas a auditoria independente. Consequentemente, tais informações não devem ser interpretadas como tendo sido examinadas ou asseguradas por auditores externos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas<sup>1</sup>

**Aos Conselheiros e Diretores da Fospar S.A.**  
Paraná - PR

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fospar S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fospar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receitas	
Veja a Notas 5J e 23 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece receita de prestação de serviços, principalmente de industrialização de fertilizantes e serviços de movimentação portuária de mercadorias. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de performance, ou seja, no momento da prestação do serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho ou quando o material for efetivamente descarregado.</p> <p>O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento em que o serviço é prestado, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(i) Para uma amostra de transações de serviços prestados para empresas terceiras, inspecionamos a nota fiscal que evidencia a ocorrência da transação de prestação de serviço, a liquidação financeira e a documentação de medição do serviço;</p> <p>(ii) Para as transações de serviços prestados para empresas do mesmo grupo, realizamos confirmação dos saldos na data base do exercício corrente;</p> <p>(iii) Para as prestações de serviço reconhecidas no último mês do exercício, efetuamos o cálculo do ajuste de corte de serviços prestados, de forma independente, que contempla a inspeção da medição do serviço prestado.</p> <p>(iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetavam a mensuração das receitas reconhecidas, os quais não foram registrados pela Administração.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de receitas da Companhia, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.<sup>2</sup>
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

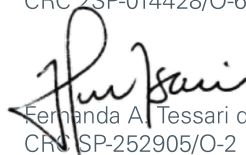
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026

*KPMG Auditores Independentes Ltda.*  
CRC 2SP-014428/O-6

  
Fernanda A. Tessari da Silva  
CRC SP-252905/O-2

## Balances Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.765	49.727
Contas a receber de clientes	8	5.074	2.861
Estoques	9	11.219	9.383
Impostos a recuperar	10	1.307	1.313
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	174	379
Outros créditos		1.740	2.084
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>28.279</b>	<b>65.747</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Estoques	9	5.186	6.032
Impostos a recuperar	10	27.986	23.735
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	3.952	5.646
Depósitos judiciais	17	2.014	2.592
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>39.138</b>	<b>38.005</b>
Ativos de direito de uso	19	35.296	10.494
Imobilizado	13	391.657	378.775
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>466.091</b>	<b>427.274</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>494.370</b>	<b>493.021</b>

PASSIVO	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	37.266	24.313
Passivos de Contratos	15	8.704	11.203
Debêntures e mútuos	16	78.662	74.116
Passivos de arrendamento	19	12.236	1.621
Impostos e contribuições a recolher		4.673	4.177
Imposto de renda e contribuição social a recolher		979	1.327
Provisão para férias e comissões a pagar		3.063	3.127
Provisão ambiental	18	9.386	2.533
Provisão gratificações a empregados		3.182	1.989
Outras contas a pagar		5.583	5.837
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>163.734</b>	<b>130.243</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures e mútuos	16	73.790	122.763
Passivos de arrendamento	19	25.518	10.611
Provisão para contingências	17	11.367	10.058
Provisão ambiental	18	4.044	14.230
Outras contas a pagar		38	30
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>114.757</b>	<b>157.692</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	21	209.468	209.468
Reserva de reavaliação	21	5.852	5.852
Reserva de lucros	21	559	—
Prejuízos acumulados		—	(10.234)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>215.879</b>	<b>205.086</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>494.370</b>	<b>493.021</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	23	231.380	225.350
Custos dos serviços prestados	24	(192.467)	(182.660)
<b>Lucro bruto</b>		<b>38.913</b>	<b>42.690</b>
Despesas administrativas e gerais	24	(4.971)	(3.078)
Outras receitas operacionais	25	4.948	1.206
Outras despesas operacionais	25	(3.115)	(17.169)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>35.775</b>	<b>23.649</b>
Receitas financeiras	26	5.285	4.380
Despesas financeiras	26	(26.296)	(26.058)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(21.011)</b>	<b>(21.678)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>14.764</b>	<b>1.971</b>
<b>Imposto de renda</b>			
Corrente	11	(3.980)	(1.856)
Diferido	11	9	—
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>10.793</b>	<b>115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.793	115
<b>Resultado abrangente</b>	<b>10.793</b>	<b>115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Avaliação	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Investimentos		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	209.468	5.852	—	—	(10.349)	204.971
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	115	115
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	209.468	5.852	—	—	(10.234)	205.086
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	10.793	10.793
Constituição de reserva legal	—	—	559	—	(559)	—
Reserva de lucros para investimento	—	—	—	—	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	209.468	5.852	559	—	—	215.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		10.793	115
<b>Ajuste por:</b>			
Depreciação	13	30.735	31.147
Depreciação de direito de uso	19	6.580	3.470
Custo residual de ativos imobilizados baixados		310	1.106
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	11	(9)	—
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	11	3.980	1.856
Provisão obsolescência, perda e quebra no estoque		—	22
Variações monetárias e juros		23.348	25.378
Provisão para contingências	17	2.506	(503)
Provisão ambiental	18	(3.161)	16.763
Provisões trabalhistas		1.129	924
Provisões perdas tributárias	10	250	578
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de clientes	8	(2.213)	10.903
Estoques	9	(990)	(604)
Impostos a recuperar	10	(5.250)	2.407
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.898	487
Depósitos judiciais	17b	578	(336)
Outros ativos		344	(306)
Fornecedores	14	1.605	(5.543)
Outras contas a pagar		(123)	4.173
Passivos de contratos	15	(2.499)	8.716
Pagamento de contingências e provisões ambientais	17 e 18	(1.369)	(3.707)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado atividades operacionais</b>		<b>68.441</b>	<b>97.046</b>
Juros pagos sobre empréstimos tomados	16	(15.572)	(30.369)
Juros pagos sobre passivos de arrendamento	19	(1.205)	(1.421)
Imposto renda e contribuição social pagos		(3.191)	(1.853)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado atividades operacionais</b>		<b>48.473</b>	<b>63.403</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisições do ativo imobilizado		(32.579)	(11.671)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>(32.579)</b>	<b>(11.671)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Pagamento de passivo de arrendamento	19	(5.859)	(3.396)
Empréstimos tomados	16	70.000	69.113
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(120.998)	(70.369)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(56.857)</b>	<b>(4.652)</b>
<b>(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(40.962)</b>	<b>47.080</b>
<b>Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	7	49.727	2.647
No fim do exercício	7	8.765	49.727
<b>(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(40.962)</b>	<b>47.080</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais)

## 1. Contexto operacional

A Fospar S.A. (“Fospar” ou “Companhia”), localizada na Rua Carlos Fonseca de Araujo, 375, Paranaguá - PR, tem por objeto social a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria ou de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privativo misto, inclusive a execução de operação portuária, na área de porto organizado, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (a armazenagem referida neste item não se enquadra ao Decreto nº 1.102/93). A fabricação, o comércio, a importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corretivos do solo e produtos correlatos; a representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras; a participação em outras sociedades, como sócia acionista ou quotista; a prestação de serviço de análise físico-química de fertilizantes; e prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como assistência especializada, comercial, industrial e serviços decorrentes de importação/exportação a outras sociedades nacionais e estrangeiras.

Em 16 de novembro de 2016, o contrato de arrendamento portuário da Fospar foi renovado automaticamente por mais 25 anos, permitindo assim a atuação da Companhia no terminal até 2048.

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia elaborou suas demonstrações financeiras considerando o princípio de continuidade de suas atividades operacionais e divulgou todas as informações relevantes em suas notas explicativas, a fim de esclarecer e complementar as bases contábeis utilizadas.

O princípio da continuidade operacional pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir com suas obrigações de pagamentos de curto prazo, dentre elas as debêntures, cujos prazos estão divulgados na Nota 16. Financiamentos e empréstimos. A Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 10.793 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (lucro líquido de R\$ 115 em 31 de dezembro de 2024), e, em 31 de dezembro de 2025, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 135.455 (R\$ 64.496 em 31 de dezembro de 2024).

Contudo, parte substancial das prestações de serviços são prestadas com seus acionistas. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para seus acionistas, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, bem como o atendimento local de clientes estratégicos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro de seus acionistas, os quais estão comprometidos a continuar permitindo a execução de seus planos de negócios. Durante o exercício de 2025, foram efetuados mútuos entre a Companhia e seus acionistas, exclusivamente para fins de obtenção de caixa para pagamento de debêntures, conforme demonstrado na Nota 16. Financiamentos e empréstimos.

A receita da Companhia está essencialmente concentrada em vendas para Partes Relacionadas. Vide Nota 12. Partes Relacionadas.

### Autorização para emissão

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de março de 2026.

### 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 10. Impostos a recuperar** - mensuração de não recuperabilidade futura para impostos a recuperar (ICMS): principal premissa na determinação da taxa de perda.
- **Nota 11. Imposto de renda e contribuição social diferidos** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota 17. Provisão para contingências** e **Nota 18. Provisão ambiental**- reconhecimento e mensuração de provisões e contingências e ambientais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### b. Mensuração a valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme detalhado na seguinte nota explicativa:

- **Nota 27. Instrumentos financeiros** - hierarquia de valor justo e classificação contábil.

### 5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi mensurado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

**b. Instrumentos financeiros**

***Ativos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

***Classificação***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

***Avaliação do modelo de negócios***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de serviços portuários e comercialização de fertilizantes. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é cobrar os valores devidos do contas a receber da Companhia e obter receita de juros contratuais sobre os valores cobrados.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

A Companhia classificou e mensurou os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

***Custo amortizado***

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

***Ativos financeiros a VJR***

Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado "VJR", os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No exercício de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

**(ii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**(iii) Mensuração subsequente**

***Custo amortizado***

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem recursos vinculados e contas a receber de clientes.

***Ativos financeiros a VJR***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

**Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado

20Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. 20A Companhia não teve nenhum passivo financeiro classificado ao valor justo pelo resultado em 2025 e 2024.

**(iv) Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**c. Estoques**

Tratam-se principalmente de estoques de almoxarifado mensurados pelo valor de custo. A metodologia de custeio dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

Para itens sem previsão de movimentação ao prazo superior a um ano, é realizada reclassificação contábil para o ativo não circulante.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são registrados dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção periódicas do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis do exercício corrente e comparativo, estão descritos na nota explicativa 13.d.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados prospectivamente caso seja apropriado.

**e. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- (i) Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- (ii) Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- (iii) Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- (iv) A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- (v) O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de perdas estimadas contra recebíveis.

**(ii) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros de longo prazo para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. 220 valor recuperável de um ativo ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo, menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável e, quando aplicável, são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **f. Planos de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

##### **(i) Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual da Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

##### **(ii) Plano de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado prestado pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

##### **(iii) Outros benefícios de longo prazo a empregados**

contados aos valores presentes.

#### **g. Tributos sobre o lucro corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

**(ii) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no resultado do exercício. isão para contingências e passivos contingentes

As provisões para contingências são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a posição dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais. Essas provisões são atualizadas periodicamente. assivos contingentes avaliados de possíveis riscos de perda são obrigações decorrentes de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não dentro do controle da Companhia, e não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

**(i) Provisão para danos ambientais**

Algumas obrigações podem ser originadas por penalidades ou custos para reparação de danos ambientais ilegais, com provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidação, independentemente das ações futuras da Companhia.

Assim, reconhece-se uma provisão em virtude dos custos em que a Companhia é obrigada a incorrer por danos já causados, ou então vegetação já retirada para a colocação de equipamentos que depois serão retirados, entre outros aspectos.

Podem ser causados danos ambientais, mas não haver obrigação para reparos. Porém, o fato de ter havido o dano torna-se um evento que cria obrigações quando uma nova lei vier a exigir que o dano existente seja retificado ou quando a Companhia publicamente aceita a responsabilidade pela retificação, criando uma obrigação não formalizada.

Obrigação não formalizada: é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- Por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a Companhia tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades.
- Em consequência, a Companhia cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Quando existe relação de dependência de ações futuras e a Companhia pode evitar os gastos futuros pelas suas próprias ações, a Companhia não tem nenhuma obrigação presente relativamente a esse gasto futuro e nenhuma provisão é reconhecida.

**i. Arrendamentos**

**(i) Ativos de direito de uso**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

**(ii) Passivo de arrendamento**

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos, ao obter taxas de juros de várias fontes externas de financiamento, e realiza alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;<sup>24</sup>
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(iii)

**(iv) Arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**j. Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia utiliza-se do modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receita de contratos com clientes, conforme Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens.

No processo de prestação de serviços de industrialização, a Companhia firma contrato determinando, entre outras condições, o preço e obrigações de desempenho. A matéria-prima base para o serviço de industrialização pertence aos clientes. Uma vez finalizado o serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho, a Companhia emite as notas fiscais e reconhece a respectiva receita.

Assim como no processo de industrialização, nos serviços de desestiva a Companhia firma contrato determinando, entre outras condições, o preço e obrigações de desempenho. A Companhia emite as notas fiscais e concomitantemente reconhece a receita com base no manifesto de carga, tão logo o navio é atracado. Para os navios atracados ao final do mês, a Companhia monitora o serviço de desestiva e reconhece a receita somente do material efetivamente descarregado.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado, em função do cumprimento da obrigação de performance.

***Receitas de contratos com clientes – Passivos de contratos***

Em determinados contratos firmados com clientes, a Companhia recebe contraprestações antecipadas ou fatura valores antes da transferência do controle dos bens ou da prestação dos serviços acordados. Nesses casos, os montantes recebidos ou faturados são reconhecidos como passivos de contratos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Os passivos de contratos decorrem, principalmente, de adiantamentos recebidos de clientes relacionados a serviços de descarga, armazenagem, movimentação e expedição de fertilizantes, bem como a serviços de industrialização (produção de SSP), para os quais a Companhia ainda não satisfaz integralmente suas obrigações de desempenho na data-base.

Os valores registrados como passivos de contratos são reconhecidos como receita à medida que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas, o que ocorre, em geral, de forma contínua ao longo da prestação dos serviços ou no momento da conclusão das atividades contratadas, conforme aplicável a cada tipo de contrato.

Os adiantamentos recebidos de clientes ou partes relacionadas estão incluídos nos passivos de contratos de curto prazo 25e detalhados na Nota 15. Passivo 25s de contratos e Nota 12. Partes Relacionadas.

#### k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas

com juros sobre mútuos e debêntures.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas resultado através do método dos juros efetivos.

## 6. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

### Novas normas e interpretações adotadas pela Companhia a partir de 01 de janeiro de 2025

A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2025:

- **Ausência de conversibilidade - Alterações à CPC 02\_R2:** As alterações criaram requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é conversível por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a ser utilizada conforme finalidades especificadas e as divulgações associadas a cada caso.

Nesse contexto, a conversibilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não é capaz de obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

Não houve impactos significativos da adoção da referida alteração normativa para o exercício de 31 de dezembro de 2025.

#### a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Adicionalmente, as normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia não adotou essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros - Alterações à CPC 48 e CPC 40.** As alterações estão relacionadas a uma opção de política contábil na baixa de passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento que atinjam critério de quitação da obrigação, bem como inclui orientações adicionais sobre o critério SPPI (“somente pagamento de principal e juros”) para fins de mensuração e divulgação de fluxo de caixa de empréstimos vinculados a metas ESG. Tais alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026 e não esperam-se impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras - CPC 51.** O CPC emitiu, em dezembro de 2025, o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e que substituirá o CPC 26\_R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e saldo em bancos	471	726
Aplicações financeiras	8.294	49.001
<b>Total</b>	<b>8.765</b>	<b>49.727</b>

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez. Elas são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e fundos de investimentos com remuneração baseada nestes instrumentos financeiros a taxas média ao redor de de 97% do CDI em 2025 (87% do CDI em 2024), tendo como contraparte bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

## 8. Contas a receber de clientes

	Nota	2025	2024
Mercado interno		299	203
Partes relacionadas	12	4.775	2.658
<b>Total</b>		<b>5.074</b>	<b>2.861</b>

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores, por faixa de vencimento. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. A expectativa é de recebimento no curtíssimo prazo.

Contas a receber de clientes por idade de vencimento estão dispostas abaixo:

Vencidas:	2025	2024
Até 30 dias	2.337	—
De 31 a 90 dias	—	16
De 91 a 180 dias	232	233
De 181 a 360 dias	—	—
Mais de 361 dias	—	34
<b>Total vencidas</b>	<b>2.569</b>	<b>283</b>
<b>A vencer:</b>		
Até 30 dias	2.505	2.578
<b>Total a vencer</b>	<b>2.505</b>	<b>2.578</b>

Na data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia possui constituída perdas estimadas de créditos, referente a um único cliente, cujo valor contábil é de R\$ 260 (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2024) e que encontra-se totalmente provisionado.

## 9. Estoques

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Almoxarifado	11.219	9.383
<b>Não circulante</b>		
Almoxarifado	5.186	6.032

(i) No ano de 2025, a Companhia apresenta provisão para perda sobre o estoque de peças de almoxarifado que possuem baixo giro, no montante de R\$ 636 (R\$636 no ano de 2024). Esse valor encontra-se alocado dentro da rubrica de Almoxarifado, registrado no Ativo não circulante.

O estoque da Companhia é formado por materiais de almoxarifado que são utilizados na manutenção dos equipamentos utilizados em suas prestações de serviços.

28

29Adicionalmente, a Companhia possui em seu poder os estoques a granel de fertilizantes, os quais são recebidos e industrializados, e, posteriormente, devolvidos. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2025, R\$31.766 (R\$19.115 em 31 de dezembro de 2024) de estoques de terceiros em seu poder. Estes estoques não são registrados no balanço da Companhia.

## 10. Impostos a recuperar

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
PIS e COFINS não-cumulativos (i)	1.221	1.313
ICMS	86	—
<b>Total – Circulante</b>	<b>1.307</b>	<b>1.313</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS	39.834	38.857
Provisão para deságio na realização dos créditos de ICMS	(19.595)	(19.845)
PIS e COFINS não-cumulativos (i)	7.746	4.723
<b>Total – Não circulante</b>	<b>27.986</b>	<b>23.735</b>

(i) Créditos de PIS e COFINS registrados são decorrentes de operações de aquisição de ativo imobilizado e insumos. Os montantes reconhecidos no não circulante são decorrentes somente de operações de aquisição de ativo imobilizado.

A movimentação da provisão para perdas com deságio de ICMS está demonstrada a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	(19.845)	(19.267)
Constituição de provisão no exercício	(64)	(1.458)
Reversão de provisão no exercício	314	880
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>(19.595)</b>	<b>(19.845)</b>

## 11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos que os dão origem.

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal a compensar	648	1.472	—	—	648	1.472
Provisões para contingências	7.741	7.940	—	—	7.741	7.940
Outras provisões	11.360	10.578	—	—	11.360	10.578
Juros capitalizados	—	—	(5.185)	(5.440)	(5.185)	(5.440)
Ajuste decorrentes da Lei 11.638 <sup>(i)</sup>	—	—	(14.564)	(14.550)	(14.564)	(14.550)
<b>Total</b>	<b>19.749</b>	<b>19.990</b>	<b>(19.749)</b>	<b>(19.990)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

(i) Referente ao ajuste derivado da diferença entre a vida útil dos ativos imobilizados e a taxa fiscal de depreciação dos ativos, conforme CPC 27.

### 30 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	2025		2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízo Fiscal a Compensar	36.535	12.422	39.303	13.363
<b>Total</b>	<b>36.535</b>	<b>12.422</b>	<b>39.303</b>	<b>13.363</b>

### Valores reconhecidos no resultado do exercício

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social, nominal e efetiva pode ser demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	14.764	1.971
Alíquotas fiscais combinadas	34 %	34 %
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>		
Pelos alíquotas fiscais vigentes	(5.020)	(670)
<b>Adições permanentes:</b>		
Despesas não dedutíveis	108	15
<b>Exclusões permanentes:</b>		
Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias <sup>(i)</sup>	941	(1.201)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>(3.971)</b>	<b>(1.856)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Corrente	(3.980)	(1.856)
Diferido	9	—
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>(3.971)</b>	<b>(1.856)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(27) %</b>	<b>(94) %</b>

(i) A Administração, com base nos resultados da Companhia nos três últimos anos, não espera que seja realizado todo o prejuízo fiscal acumulado na compensação de imposto de renda no curto e médio prazos, sendo assim, em 31 de dezembro de 2025 não foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos para os quais não existe perspectiva de realização.

## 12. Partes relacionadas

A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. é controladora direta da Companhia com 62,06% de participação no Capital Social (vide Nota 21. Patrimônio Líquido), sendo a controladora final da Companhia a *The Mosaic Company*.

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão demonstradas a seguir:

	Transações/Resultado valor da transação		Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.</b>						
Clientes	—	—	1.692	987	—	—
Mútuo <sup>(iv)</sup>	—	—	—	—	45.787	28.812
Fornecedores	—	—	—	—	509	359
Adiantamento de partes relacionadas <sup>(ii)</sup>	—	—	—	—	—	4
Receitas brutas de serviços <sup>(i)</sup>	115.000	131.487	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas <sup>(iii)</sup>	(1.349)	(1.226)	—	—	—	—
Despesas financeiras	(6.668)	(2.042)	—	—	—	—
<b>Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.</b>						
Clientes	—	—	3.083	1.671	—	—
Mútuo <sup>(iv)</sup>	—	—	—	—	28.003	17.622
Adiantamento de partes relacionadas <sup>(ii)</sup>	—	—	—	—	6.433	4.520
Receitas brutas de serviços <sup>(i)</sup>	80.826	74.664	—	—	—	—
Despesas financeiras	(4.078)	(1.250)	—	—	—	—
<b>Totais consolidados</b>						
Clientes	—	—	4.775	2.658	—	—
Mútuo <sup>(iv)</sup>	—	—	—	—	73.790	46.434
Fornecedores	—	—	—	—	509	359
Adiantamento de partes relacionadas <sup>(ii)</sup>	—	—	—	—	6.433	4.524
Receitas brutas de serviços <sup>(i)</sup>	195.826	206.151	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas <sup>(iii)</sup>	(1.349)	(1.226)	—	—	—	—
Despesas financeiras	(10.746)	(3.292)	—	—	—	—

(i) As receitas de serviços com partes relacionadas referem-se a serviços de industrialização (Mosaic Fertilizantes do Brasil e Fertipar) e serviços de desestiva para todas as empresas. As receitas brutas de serviços da Companhia com seus acionistas, Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda., representam 66% do total do exercício de 2025 (70% em 2024).

(ii) A Companhia não efetuou a compensação dos saldos com o saldo de contas a receber, por tratar-se de notas fiscais distintas. Os saldos de adiantamentos estão apresentados na Nota 15. Passivos de contratos.

(iii) A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. efetua a prestação de alguns serviços administrativos e que posteriormente são rateados para a Fospar.

(iv) A Companhia captou recursos através de mútuo para pagamento das debêntures (vide Nota 16. Financiamentos e empréstimos).

### a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia obtém serviços de pessoal chave da administração que estão registrados na sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e na parte relacionada Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. A Companhia recebe os custos do pessoal chave através de rateios, vide Nota 12. Partes Relacionadas (iii).

## 13. Imobilizado

### a. Composição do ativo imobilizado

	2025			2024
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	330.068	(121.301)	208.767	217.069
Equipamentos e instalações	296.274	(162.486)	133.788	135.486
Computadores e periféricos	14.365	(8.600)	5.765	5.599
Móveis e utensílios	1.327	(694)	633	737
Obras e instalações em andamento	36.312	—	36.312	13.494
<b>Total</b>	<b>684.737</b>	<b>(293.081)</b>	<b>391.657</b>	<b>378.776</b>

	2024			2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	323.965	(106.896)	217.069	228.922
Equipamentos e instalações	283.158	(147.672)	135.486	151.090
Computadores e periféricos	12.799	(7.200)	5.599	5.972
Móveis e utensílios	1.357	(620)	737	752
Obras e instalações em andamento	13.494	—	13.494	2.232
<b>Total</b>	<b>641.164</b>	<b>(262.388)</b>	<b>378.776</b>	<b>395.359</b>

### b. Movimentação do custo do ativo imobilizado

Custo	Saldo em 01/01/25	Adições <sup>(1)</sup>	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/25
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391
Edificações e benfeitorias	323.965	—	(18)	6.121	330.068
Equipamentos e instalações	283.158	—	(21)	13.137	296.274
Computadores e periféricos	12.799	—	(21)	1.587	14.365
Móveis e utensílios	1.357	—	(30)	—	1.327
Obras e instalações em andamento	13.494	43.927	(264)	(20.845)	36.312
	<b>641.164</b>	<b>43.927</b>	<b>(354)</b>	<b>—</b>	<b>684.737</b>

(1) O saldo de R\$ 43.927 de adições em CIP é majoritariamente composto por investimentos em manutenção e infraestrutura, com destaque para a recuperação estrutural da galeria (R\$ 9.039), bem como melhorias e revitalizações que aumentam a produtividade (R\$ 7.482).

Custo	Saldo em 01/01/24	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/24
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391
Edificações e benfeitorias	321.708	—	(411)	2.668	323.965
Equipamentos e instalações	284.015	—	(1.600)	743	283.158
Computadores e periféricos	12.165	879	(245)	—	12.799
Veículos	24	—	(24)	—	—
Móveis e utensílios	1.281	86	(10)	—	1.357
Obras e instalações em andamento	2.232	14.705	(32)	(3.411)	13.494
	<b>627.816</b>	<b>15.670</b>	<b>(2.322)</b>	<b>—</b>	<b>641.164</b>

O montante de R\$11.348 (R\$4.000 em 2024) faz parte das adições do ano de 2025, entretanto ainda encontram-se em aberto em “Fornecedores”. Este montante, para fins de fluxo de caixa, foi ajustado em “Aquisições de Imobilizado”.

**c. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado**

Depreciação	Saldo em 01/01/25	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/25
Edificações e benfeitorias	(106.896)	(14.405)	—	(121.301)
Equipamentos e instalações	(147.673)	(14.815)	2	(162.486)
Computadores e periféricos	(7.200)	(1.421)	21	(8.600)
Móveis e utensílios	(620)	(94)	20	(694)
	<b>(262.389)</b>	<b>(30.735)</b>	<b>43</b>	<b>(293.081)</b>

Depreciação	Saldo em 01/01/24	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/24
Edificações e benfeitorias	(92.786)	(14.123)	13	(106.896)
Equipamentos e instalações	(132.925)	(15.671)	924	(147.672)
Computadores e periféricos	(6.193)	(1.252)	245	(7.200)
Veículos	(24)	—	24	—
Móveis e utensílios	(529)	(101)	10	(620)
	<b>(232.457)</b>	<b>(31.147)</b>	<b>1.216</b>	<b>(262.388)</b>

**d. Vida útil estimada do ativo imobilizado:**

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para o ano de 2025 e 2024, são as seguintes:

	2025	2024
Edificações e benfeitorias	10 a 33 anos	10 a 33 anos
Equipamentos e instalações	17 anos	17 anos
Computadores e periféricos	11 anos	11 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	9 anos	9 anos

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

## 14. Fornecedores

	Nota	2025	2024
Mercado interno		36.757	23.954
Partes relacionadas	12	509	359
		<b>37.266</b>	<b>24.313</b>

A Companhia possui contratos firmados com agentes financeiros para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada FinanFor, no montante de R\$ 10.387 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.285 em 31 de dezembro de 2024). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os agentes financeiros, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de mercadorias, através de agentes financeiros, a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece. Ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. O *aging* e montantes referentes a operação:

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais da Companhia são fornecidas na tabela abaixo:

	2025	2024
<b>Valor contábil dos passivos financeiros</b>		
Apresentado em fornecedores	10.387	4.285
- dos quais fornecedores receberam pagamento do banco	10.387	4.285
<b>Intervalo de datas de vencimento de pagamento</b>		
Contas a pagar comerciais sujeitas a acordo de financiamento com fornecedor (dias após a data da fatura)	30-90	30-90
Contas a pagar comerciais comparáveis (dias após a data da fatura)	30-90	30-90

## 15. Passivos de Contratos

	Nota	2025	2024
Adiantamento de clientes terceiros		2.271	6.679
Adiantamento de partes relacionadas	12	6.433	4.524
<b>Total</b>		<b>8.704</b>	<b>11.203</b>

## 16. Debêntures e Mútuos

	Nota	Vencimento	Encargos financeiros	2025		2024	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>DEBÊNTURES</b>		2026	IPCA + 6,53% a.a.	78.662	—	74.116	76.329
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES:</b>							
Mútuo - Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	12	2034	Selic	—	45.787	—	28.812
Mútuo - Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.	12	2034	Selic	—	28.003	—	17.622
				<b>78.662</b>	<b>73.790</b>	<b>74.116</b>	<b>122.763</b>

Os mútuos classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	R\$
2034	73.790
<b>Total</b>	<b>73.790</b>

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA	Debêntures	Mútuo	Total da Dívida
<b>Dívida em 1º de janeiro de 2025</b>	150.445	46.434	196.879
Captação de mútuo	—	70.000	70.000
Pagamento de principal	(76.042)	(44.956)	(120.998)
Apropriação de juros	12.227	10.746	22.973
Pagamento de juros	(8.314)	(7.258)	(15.572)
Custo de transação	—	(1.176)	(1.176)
Apropriação do custo da transação	346	—	346
<b>Dívida em 31 de dezembro 2025</b>	<b>78.662</b>	<b>73.790</b>	<b>152.452</b>

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA	Debêntures	Mútuo	Total da Dívida
<b>Dívida em 1º de janeiro de 2024</b>	204.547	—	204.547
Captação de mútuo	—	69.113	69.113
Pagamento de principal	(45.369)	(25.000)	(70.369)
Apropriação de juros	20.101	3.292	23.393
Pagamento de juros	(29.398)	(971)	(30.369)
Apropriação do custo da transação	564	—	564
<b>Dívida em 31 de dezembro 2024</b>	<b>150.445</b>	<b>46.434</b>	<b>196.879</b>

#### a. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as debêntures apresentam a seguinte posição:

Espécie	Títulos em circulação (mil)	Encargos financeiros anuais	2025	2024
Debêntures ao valor nominal R\$ 1,00	151.232	IPCA + 6,53% a.a.	79.008	150.889
Custo da transação			(346)	(444)
			<b>78.662</b>	<b>150.445</b>

Em 15 de maio de 2018 a Companhia constituiu sua primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 151.232, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Fospar S.A.”.

O agente fiduciário nomeado nesta escritura de emissão foi Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Como fiadoras e principais pagadoras em conjunto com a Companhia na proporção da composição acionária e sem qualquer solidariedade entre si foram nomeadas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.

Foram emitidas 151.231.539 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), e terão prazo de oito anos a contar da data da emissão (15 de maio de 2018), vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2026.

O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, sendo: a primeira parcela, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2024; a segunda parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2025; e a terceira parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2026.

### Cláusula de covenants

Anualmente a Companhia deverá apurar o índice financeiro definido no contrato de debêntures (Dívida Financeira / (Dívida Financeira + Patrimônio Líquido), que deve ser igual ou inferior a 65% (sessenta e cinco por cento), pois sua não observância constitui evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das debêntures.

Com base nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está atendendo aos índices determinados no contrato.

#### b. Mútuo

O contrato de mútuo vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data de assinatura, em 10 de maio de 2024, podendo ser rescindido a qualquer tempo.

## 17. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2025	2024
Provisões trabalhistas	11.324	9.455
Provisões cíveis	43	603
<b>Total</b>	<b>11.367</b>	<b>10.058</b>

#### a. Movimentação das contingências

	2024	2025				
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Transferência	Provisão
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Trabalhistas	9.455	2.803	(608)	(326)	—	11.324
Cíveis	603	29	(589)	—	—	43
<b>Total não circulante</b>	<b>10.058</b>	<b>2.832</b>	<b>(1.197)</b>	<b>(326)</b>	<b>—</b>	<b>11.367</b>

	2023	2024				
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Transferência	Provisão
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Trabalhistas	10.504	3.204	(1.005)	(3.248)	—	9.455
Cíveis	2.895	429	(2.702)	(19)	—	603
Tributárias	868	—	—	(868)	—	—
<b>Total não circulante</b>	<b>14.267</b>	<b>3.633</b>	<b>(3.707)</b>	<b>(4.135)</b>	<b>—</b>	<b>10.058</b>

A Administração reavaliou as provisões de contingências registradas no curto prazo e identificou que não existem expectativas para a realização das mesmas nos próximos 12 (doze) meses. Sendo assim, todas as contingências em 2025 e 2024 estão registradas no longo prazo.

#### Provisões para contingências trabalhistas

Existem outros processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 12.067 em 2025 (R\$ 9.840 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

#### Provisões para contingências cíveis

A Companhia também possui o montante de R\$ 58.982 em 2025 (R\$ 52.506 em 2024) referente a processos cíveis classificados com risco possível.

Os dois principais processos avaliados como risco possível na esfera cível referem-se à ações de um único fornecedor, pleiteando obrigação de não fazer, visando reestabelecimento de contrato rescindido unilateralmente pela Companhia, ou, subsidiariamente, indenizações pela rescisão, no montante de R\$ 58.951 atualizado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 51.363 em 2024). Esses processos encontram-se em fase inicial e o aumento em relação ao ano anterior refere-se a atualização monetária.

#### Provisões para contingências tributárias

A Companhia possui o montante aproximado de R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 18.644 em 2024) referente a processos tributários classificados com risco possível.

O principal processo tributário avaliado como sendo de risco perda possível refere-se a glosa de créditos de PIS/COFINS, créditos apropriados em razão da aquisição de bens e serviços essenciais à atividade da Companhia, no montante de R\$ 15.408 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 14.342 em 2024).

#### b. Depósitos Judiciais

Adicionalmente às provisões, existem depósitos judiciais que em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 totalizam R\$ 2.014 e R\$ 2.592, respectivamente. Os depósitos judiciais são, a princípio, garantias às provisões de contingências exigidas judicialmente e ficam registrados no ativo não circulante da Fospar até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

## 18. Provisão de dano ambiental

A Companhia possui medidas de revestimento na área do Terminal, com o objetivo de eliminar fontes ativas de contaminação do solo e de águas subterrâneas. A Administração considera que o valor é suficiente para cobrir tais custos.

	2025	2024
Ambientais	13.430	16.763
<b>Total</b>	<b>13.430</b>	<b>16.763</b>

a. Movimentação da provisão de danos ambientais

	2024	2025				
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Transferência	Provisão
<b>Circulante</b>						
Ambientais	2.533	—	(172)	—	7.025	9.386
<b>Total circulante</b>	<b>2.533</b>	<b>—</b>	<b>(172)</b>	<b>—</b>	<b>7.025</b>	<b>9.386</b>
<b>Não circulante</b>						
Ambientais	14.230	—	—	(3.161)	(7.025)	4.044
<b>Total não circulante</b>	<b>14.230</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(3.161)</b>	<b>(7.025)</b>	<b>4.044</b>

	2023	2024				
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Transferência	Provisão
<b>Circulante</b>						
Ambientais	—	2.533	—	—	—	2.533
<b>Total circulante</b>	<b>—</b>	<b>2.533</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.533</b>
<b>Não circulante</b>						
Ambientais	—	14.230	—	—	—	14.230
<b>Total não circulante</b>	<b>—</b>	<b>14.230</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>14.230</b>

## 19. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente o contrato de arrendamento portuário, que possuem prazos remanescentes de 1 ano a 23 anos, alguns dos quais incluem opções para estender o arrendamento.

### Movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento

2025	Saldo em 01/01/2025	Remensuração	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Contrato de Concessão	8.112	—	—	—	(347)	7.765
Embarcações	1.019	—	—	—	(970)	50
Equipamentos e instalações	1.103	—	31.382	—	(5.019)	27.466
Computadores e periféricos	260	—	—	—	(244)	15
<b>Total - Ativos de direito de uso</b>	<b>10.494</b>	<b>—</b>	<b>31.382</b>	<b>—</b>	<b>(6.580)</b>	<b>35.296</b>

2024	Saldo em 01/01/2024	Remensuração	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Contrato de Concessão	8.461	—	—	—	(349)	8.112
Embarcações	1.885	—	119	—	(985)	1.019
Equipamentos e instalações	1.220	18	1.571	—	(1.706)	1.103
Computadores e periféricos	733	(46)	3	—	(430)	260
Veículos	2	(2)	—	—	—	—
<b>Total - Ativos de direito de uso</b>	<b>12.300</b>	<b>(29)</b>	<b>1.693</b>	<b>—</b>	<b>(3.470)</b>	<b>10.494</b>

Os montantes do “Direito de Uso”, bem como do “Arrendamento a pagar”, foram apurados líquidos de PIS e COFINS. Ou seja, a Companhia somente reconhecerá os créditos de PIS e COFINS quando do registro fiscal de tais operações.

**a. Passivos de arrendamento**

	2025	2024
<b>PASSIVOS DE ARRENDAMENTO</b>		
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>12.232</b>	<b>13.964</b>
Adições	31.382	1.693
Pagamentos	(5.859)	(3.396)
Remensuração	—	(29)
Juros pagos	(1.205)	(1.421)
Juros apropriados	1.205	1.421
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>37.754</b>	<b>12.232</b>

**b. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento**

ARRENDAMENTO A PAGAR	
2026	12.236
2027	13.135
2028	2.853
2029	442
2030	160
2031 em diante	8.928
<b>Total de passivos de arrendamento</b>	<b>37.754</b>
Circulante	12.236
Não circulante	25.518
	<b>37.754</b>

Em 16 de novembro de 2016, o contrato de arrendamento portuário da Companhia, com fim de concessão originalmente previsto para 31 de março de 2023, foi renovado antecipadamente por mais 25 anos, permitindo, assim, a atuação no terminal até 2048. Os pagamentos pela concessão do porto ocorrem em parcelas fixas mensais, até o fim da concessão.

**c. Transações não caixa**

	2025	2024
<b>ITENS SEM EFEITO CAIXA</b>		
Adições de direito de uso e passivo de arrendamento	31.382	1.693
Remensuração de direito de uso e passivo de arrendamento	—	(29)

## 20. Planos de pensão e benefícios pós-emprego a empregados

A Companhia e sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda., em conjunto com outras companhias, é patrocinadora dos planos de aposentadoria Prev Mosaic 1 e 2. Os planos são na modalidade de benefício definido e de contribuição variável, que tem por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das companhias patrocinadoras.

A partir de 03 de outubro de 2022, estes planos passaram a ser administrados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA, uma entidade fechada de previdência complementar privada.

A Companhia, na qualidade de patrocinadora deste plano, possui 70 membros ativos e contribuiu durante o ano com o montante de R\$576 (em 31 de dezembro de 2024 possuía 77 membros ativos e contribuiu durante o ano com o montante de R\$560), calculado com base em percentual incidente sobre a folha de pagamento suficiente para em conjunto com a contribuição dos participantes, assegurar a cobertura do custeio atuarialmente calculado. As reservas técnicas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente contratado pela Companhia conforme parecer atuarial.

Conforme CPC 33 (R1), quando o resultado de cálculo atuarial for um ativo, este somente será reconhecido quando reduzir as contribuições da patrocinadora ou ser reembolsável no futuro.

A posição do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi apurada com base em laudos preparados por atuários independentes.

	Plano de aposentadoria	
	2025	2024
Valor presente de obrigações com fundo constituído	(1.832)	(2.164)
Valor justo dos ativos do plano	3.329	7.993
Ativo (passivo) reconhecido	—	—
Despesa reconhecida no resultado	576	560

### Premissas atuariais

Principais premissas atuariais na data do balanço (expressas como média ponderada):

	Plano de aposentadoria	
	2025	2024
Tábua de mortalidade	AT 2000 Básica Desagravada em 10%	AT-2000 suavizada 10% (M&F)
Taxa de desconto nominal em 31 de dezembro	11,64%	12,12%
Taxa de crescimento dos salários e encargos	4,75%	5,00%

## 21. Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado pelas sócias Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda., é representado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por 209.468.506 ações, sendo ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, independentemente de reforma estatutária.

Atualmente as ações ordinárias estão assim distribuídas:

- (i) A sócia **MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA.** possui 129.978.295 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta e oito mil e duzentas e noventa e cinco) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, correspondente a 62,06% do capital social total da Companhia.
- (ii) A sócia **FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA.** possui 79.490.173 (setenta e nove milhões, quatrocentas e noventa mil, cento e setenta e três) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, correspondente a 37,94% do capital social total da Companhia.

(iii) O sócio **ALCEU ELIAS FELDMANN** possui 38 (trinta e oito) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada.

**b. Reserva de reavaliação**

Nos anos de 2025 e 2024, o total da reserva de R\$ 5.852, corresponde à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual venda desses ativos.

**c. Reserva de lucros**

**(i) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% ao capital social.

**(ii) Reserva de investimentos**

Tendo em vista as projeções realizadas para os negócios, a Companhia efetuou a retenção de lucros para orçamento de capital a ser utilizado em novos investimentos.

## 22. Segmentos operacionais

**a. Base para segmentação**

A Companhia possui 2 divisões estratégicas que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são gerenciadas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

A avaliação de performance da administração obedece a segmentação dos negócios.

Além disso, por conta do contrato de arrendamento do porto de Paranaguá, a Companhia é obrigada a manter separação contábil ao final do exercício financeiro que permita a individualização das receitas e despesas associadas a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos:

Segmentos reportáveis	Operações
<b>Serviços Industrialização</b>	Fabricação, comércio, importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corretivos de solo e produtos correlatos.
<b>Serviços Desestiva</b>	Manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de portos ou instalação portuárias nos termos da Lei nº 12.815/2013.

**b. Informações sobre segmentos reportáveis**

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis descritas acima, no item a. “Base para segmentação”.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

Os tomadores de decisão da Companhia não analisam informações de balanço patrimonial desagregadas.

	2025		
	Serviços Industrialização	Serviços Desestiva	Total
Receita operacional líquida	96.766	134.614	231.380
Custos dos segmentos	(75.358)	(86.432)	(161.790)
<b>Lucro bruto</b>	<b>21.408</b>	<b>48.182</b>	<b>69.590</b>
Despesas administrativas e gerais	(2.197)	(2.715)	(4.912)
Outras receitas operacionais	2.069	2.879	4.948
Outras despesas operacionais	(1.303)	(1.812)	(3.115)
<b>Resultado operacional do segmento</b>	<b>19.977</b>	<b>46.534</b>	<b>66.511</b>
Depreciação	(11.967)	(18.768)	(30.735)
Receitas financeiras	—	—	5.285
Despesas financeiras	—	—	(26.297)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>14.764</b>
Imposto de renda - corrente	—	—	(3.980)
Imposto de renda - diferido	—	—	9
<b>Resultado do exercício</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>10.793</b>

O somatório das rubricas “Custos dos segmentos”, “Despesas administrativas e gerais” e “Depreciação” equivale ao total da linha “Custos dos serviços prestados” e “Despesas administrativas e gerais”, da DRE.

	2024		
	Serviços Industrialização	Serviços Desestiva	Total
Receita operacional líquida	88.894	136.456	225.350
Custos dos segmentos	(85.150)	(66.363)	(151.513)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.744</b>	<b>70.093</b>	<b>73.837</b>
Despesas administrativas e gerais	(1.753)	(1.325)	(3.078)
Outras receitas operacionais	476	730	1.206
Outras despesas operacionais	(6.772)	(10.397)	(17.169)
<b>Resultado operacional do segmento</b>	<b>(4.305)</b>	<b>59.101</b>	<b>54.796</b>
Depreciação	(12.929)	(18.218)	(31.147)
Receitas financeiras	—	—	4.380
Despesas financeiras	—	—	(26.058)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.971</b>
Imposto de renda - corrente	—	—	(1.856)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>115</b>

Devido a dificuldade de apropriação direta entre “serviços de industrialização” e “serviços de desestiva”, os valores do resultado operacional foram apropriados proporcionalmente à receita líquida.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de Serviços de industrialização e Serviços de desestiva, é de R\$494.370 (R\$493.021 em 31 de dezembro de 2024), e dos passivos totais é de R\$ R\$278.491 (R\$287.935 em 31 de dezembro de 2024).

## 23. Receita operacional

	2025	2024
Prestação de serviços de desestiva	191.775	191.711
Prestação de serviços de industrialização	106.760	100.705
Impostos sobre vendas	(37.407)	(37.000)
Taxas portuárias <sup>(i)</sup>	(29.749)	(30.066)
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>231.380</b>	<b>225.350</b>

(i) Refere-se basicamente a taxas Inframar e Infraportos devidas à Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, e taxa de utilização do Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO.

## 24. Custo e despesa por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2025	2024
Despesas com manutenções e suprimentos	(52.367)	(53.427)
Despesas com pessoal	(43.184)	(41.886)
Depreciação	(30.735)	(31.147)
Despesas com prestação de serviços	(33.672)	(31.212)
Energia elétrica e água	(16.107)	(16.466)
Aluguéis	(10.066)	(4.846)
Depreciação de ativo de direito de uso	(7.788)	(3.470)
Outras despesas	(3.519)	(3.284)
	<b>(197.438)</b>	<b>(185.738)</b>
<b>Classificados como:</b>		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(192.467)	(182.660)
Administrativas e gerais	(4.971)	(3.078)
	<b>(197.438)</b>	<b>(185.738)</b>

## 25. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2025	2024
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Reversão provisão dano ambiental <sup>(i)</sup>	3.161	—
Superavit fundo trabalhadores OGMO <sup>(ii)</sup>	1.410	—
Créditos extemporâneos de tributos	—	348
Outras	377	858
	<b>4.948</b>	<b>1.206</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Contingências <sup>(iii)</sup>	(2.506)	(16.262)
Provisão de deságio na realização de créditos de ICMS	—	(684)
Baixas de ativos	(311)	(15)
Outras despesas	(298)	(208)
	<b>(3.115)</b>	<b>(17.169)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>1.833</b>	<b>(15.963)</b>

- (i) Durante o ano de 2025, a Companhia realizou a revisão dos custos relacionados às medidas de revestimento da área do Terminal e realizou uma reversão do valor provisionado para a execução do projeto, no montante de R\$ 3.161.
- (ii) Devolução em caixa referente ao saldo superavitário do Fundo do Acordo Trabalhista OGMO (Órgão Gestor de Mão de Obra), correspondentes aos exercícios acumulados de 2021 a 2025.
- (iii) Refere-se ao aumento de provisão de contingências trabalhistas e cíveis, relacionados, principalmente, a revisão de processos.

## 26. Despesas financeiras líquidas

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	4.155	2.568
Variações cambiais e monetárias	—	15
Créditos de Pis/Cofins sobre debêntures <sup>(ii)</sup>	1.130	1.797
	<b>5.285</b>	<b>4.380</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures <sup>(i)</sup>	(23.319)	(23.957)
Despesas juros de arrendamento	(1.205)	(1.421)
Variações cambiais e monetárias	—	(15)
Outros	(1.772)	(665)
	<b>(26.296)</b>	<b>(26.058)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(21.011)</b>	<b>(21.678)</b>

- (i) O total de despesas com juros sobre "mútuos" e "Debêntures" no ano de 2025 foi de R\$ 22.973 (R\$ 23.393 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, incorremos também na apropriação do "Custo de transação" das debêntures no montante de R\$ 346 (R\$ 564 em 2024), totalizando uma despesa financeira de R\$ 23.319 (R\$ 23.957 em 2024).
- (ii) Durante os anos de 2025 e 2024, a Companhia realizou a tomada de créditos tributários de Pis e Cofins sobre as despesas financeiras derivadas da emissão de debêntures.

## 27. Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

### Instrumentos financeiros por categoria e valor justo - Nível 2

31 de dezembro de 2025 <i>(em milhares de Reais)</i>	Nota	Valor Contábil			Valor justo	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Aplicações financeiras	7	8.294	—	—	8.294	8.294
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
Contas a receber de clientes	8	—	5.074	—	5.074	5.074
Caixa e equivalentes de caixa	7	—	471	—	471	471
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
Debêntures	16	—	—	78.662	78.662	77.723
Mútuos	16	—	—	73.790	73.790	74.349
Fornecedores	14	—	—	37.266	37.266	37.266

31 de dezembro de 2024 <i>(em milhares de Reais)</i>	Nota	Valor Contábil				Valor justo
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Aplicações financeiras	7	49.001	—	—	49.001	49.001
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
Contas a receber de clientes	8	—	2.861	—	2.861	2.861
Caixa e equivalentes de caixa	7	—	726	—	726	726
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
Debêntures	16	—	—	150.445	150.445	155.807
Mútuos	16	—	—	46.434	46.434	121.184
Fornecedores	14	—	—	24.313	24.313	24.313

#### a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Divulgações qualitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras:

##### (i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia do grupo de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

##### *Exposição a risco de crédito*

	Nota	Valor contábil	
		2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.765	49.727
Contas a receber de clientes	8	5.074	2.861
		<b>13.839</b>	<b>52.588</b>

##### *Caixa e equivalentes de caixa*

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 8.765 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 49.727 em 31 de dezembro de 2024), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Todos os recursos da Companhia encontram-se aplicados junto a bancos e instituições financeiras de primeira linha, cujos limites de exposição são revistos periodicamente e o risco de crédito destas instituições financeiras variam, conforme os ratings publicados pela Standard & Poor's em nível global "short-term" na data-base destas demonstrações financeiras, entre A-1 e A-2.

### **Contas a receber**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, 66% (70% em 2024) da receita de serviços prestados da Companhia referem-se a transações com seus acionistas. Para as demais empresas, para mitigar possíveis riscos em suas vendas a prazo, são efetuadas análises quantitativas e qualitativas de avaliação de solvência, bem como, são respeitados procedimentos internos com níveis de aprovações, suportados por uma Política de Crédito Corporativa devidamente aprovada pela diretoria da Companhia. Do total de contas a receber de clientes, 94% refere-se a operações com os acionistas (93% em 2024).

As políticas de venda da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a sua capacidade de pagamento (análise de crédito).

#### **(ii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Certas operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco de taxa de câmbio, decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de peças sobressalentes e serviços profissionais. Durante o exercício de 2025 a Companhia transacionou operações em dólares americanos. Entretanto, nos encerramentos dos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhuma exposição em moeda estrangeira em aberto.

#### **(iii) Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. As premissas de desembolsos e recebimentos futuros são monitoradas diariamente pela tesouraria da Companhia.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos registrados, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

### Exposição ao risco de liquidez

	Valor Contábil	Fluxos de caixas contratuais				
		Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>31 de dezembro de 2025</b>						
Debêntures	78.662	77.723	77.723	—	—	—
Mútuos	73.790	74.349	—	—	—	74.349
Fornecedores	37.266	37.266	37.266	—	—	—
<b>31 de dezembro de 2024</b>						
Debêntures	150.445	165.499	83.356	82.143	—	—
Mútuos	46.434	121.184	—	—	—	121.184
Fornecedores	24.313	24.313	24.313	—	—	—

#### (iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

#### Análise de sensibilidade

Considerando a atual exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros, em especial ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fator ao qual está indexada as debêntures, e a SELIC, fator ao qual está indexado o mútuo. Em ambos os casos um eventual decréscimo da taxa em relação ao projetado para os próximos exercícios ocasionará à Companhia um efeito favorável.

A análise considera os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 indexados às taxas pós-fixadas e projeta as despesas financeiras calculadas sobre esse saldo, utilizando a curva futura de juros em 31 de dezembro de 2025 nos vencimentos dessas operações. Uma alteração de 100 pontos bases no IPCA e na SELIC, nas taxas esperadas para os próximos períodos, ocasionariam os seguintes impactos no resultado da Companhia:

	100 pontos bases aumento	100 pontos bases redução
<b>31 de dezembro de 2025</b>		
Debêntures	286	(288)
Mútuos	12.863	(12.037)
<b>31 de dezembro de 2024</b>		
Debêntures	1.342	(1.340)
Mútuos	10.573	(9.809)

## 28. Eventos Subsequentes

### Paralisação temporária da planta de SSP - Super Simples da Fospar

Em 16 de dezembro de 2025, a Administração decidiu paralisar temporariamente as atividades na planta de SSP - Super Simples, da Fospar, devido ao custo de oportunidade de operação no cenário atual com o aumento acentuado do custo do enxofre. As atividades do Terminal Portuário permaneceram em operação.

Como forma de trazer mais eficiência para a paralisação temporária da fábrica de fertilizantes, a Administração executou a parada programa anual no mês de Janeiro de 2026, antecipando a manutenção anteriormente programada para Junho de 2026. Não houve indícios de impairment em ativos individuais.

Os custos com funcionários da planta de SSP foram alocados em custos ociosos para refletir diretamente no resultado o impacto da ociosidade de produção, até a retomada das atividades produtivas.

### Composição da Diretoria

#### **Eduardo de Souza Monteiro**

*Diretor Superintendente*

#### **Jorge Sebastian Villegas**

*Diretor*

#### **Emerson Araken Martin Teixeira**

*Diretor*

#### **João Roberto Galhardo**

*Diretor*

#### **Rafael Carlo Finardi**

*Diretor*

#### **Ana Paula Castanho Bagaiolo Contador**

*Contadora | CRC 1SP254867/0-9*